A MALDIÇÃO DE CAM: RELAÇÃO "HOMEM-MEIO" E PROJETO DE NAÇÃO EM SÍLVIO ROMERO

THE CAM'S CURSE: "MAN-ENVIRONMENT" RELATION AND NATIONAL PROJECT IN SÍLVIO ROMERO

LA MALDICIÓN DE CAM: RELACIÓN "HOMBRE-AMBIENTE" Y PROJECTO DE NACIÓN EN SÍLVIO ROMERO

DIOGO MARÇAL CIRQUEIRA

Instituto de Educação de Angra dos Reis – Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail:diogogeo@hotmail.com

* Artigo publicado em fevereiro de 2018.

Resumo: O período entre o fim do século XIX e o início do século XX foi de transformações profundas na estrutura política e social brasileira. Foi o momento em que nasceu a República e os laços com a metrópole portuguesa foram rompidos. Isto conduziu o país a um ponto de indefinição no que tocava à identidade nacional. Foi nesse sentido que, tendo como referência as nações europeias, sinônimos de desenvolvimento e civilização, a *intelligentsia* brasileira se mobilizou para "fazer" o Brasil, neste momento. Dois problemas aturdiam a intelectualidade brasileira informada pelas teorias europeias: o meio tropical "degenerante" e a composição racial "inferior" da população do Brasil. Uma vez que meio e raça eram os problemas centrais da nacionalidade brasileira, os pensadores foram levados a dialogar e/ou produzir, explícita ou implicitamente, um discurso geográfico. Estas elucubrações tinham como mote a relação homem-meio, aspecto fundante da metodologia geográfica de então. Sílvio Romero foi um autor central deste debate, pois refletiu e conformou proposições para equacionar os problemas das "raças inferiores" e dos "trópicos tórridos". De acordo com este autor, o desenvolvimento da nação brasileira se daria pelo branqueamento da população via miscigenação entre raças, e, consequentemente, com a criação de brancos adaptados ao meio tropical. Isto se conformou em uma visão biopolítica que afirmava a evolução civilizacional do Brasil mediante a extinção de negros e indígenas.

Palavras-chave: discurso geográfico, meio, raça, nação, Sílvio Romero.

Abstract: The end of the 19th century and the beginning of the 20th is a period of profound changes in the political and social structure of Brazilian society. It is the moment of formation of the Republic and when the last ties with the Portuguese metropolis are broken. This leads the country to a point of vagueness regarding to national identity. In this sense, the Brazilian intelligentsia mobilized fully to forge Brazil at that moment as reference, precisely to European nations, synonyms of development and civilization. Two problems tormented the Brazilian thinkers that were informed by European theories: the tropical "degenerating" environment and the racial "inferior" composition of the Brazilian population. Once the environment and the race were the central problems of Brazilian nationality, Brazilian thinkers were taken to dialogue or to produce, explicitly or implicitly, a geographical discourse. These ruminations had as its theme the "relationship between man and environment", it was the foundational aspect of geographical methodology then. Sílvio Romero is a key author of the national debate, he reflected and made propositions to equate the problems of "inferior races" and "torrid tropics". According to the author, the development of the Brazilian nation would happen with the whitening of the population by interbreeding between races and, consequently, with the creation of white population adapted to the tropical environment. It settled in a biopolitical vision that affirms the civilizational evolution of Brazil by the extinction of blacks and Indians.
Keywords: geographical discourse, environment, race, nation, Sílvio Romero.
Resumen: El final del siglo XIX y principios del siglo XX es un periodo de profundos cambios en la estructura política y social de la sociedad brasileña. Esto es el momento en que nace la República y los últimos lazos con la metrópoli portuguesa se rompen, lo que conduce al país a un punto de vaguedad en lo que se refiere a la identidad nacional. En este sentido, la *intelligentsia* brasileña se moviliza totalmente para "hacer" el Brasil en ese momento, con referencia precisamente a las naciones europeas, sinónimos de desarrollo y civilización. Dos problemas aturdian a los intelectuales brasileños informadas por las teorías europeas: la naturaleza tropical de "degeneración" y la composición racial "inferior" de la población. Una vez que la naturaleza y la raza eran los problemas centrales de nacionalidad brasileña, pensadores brasileños fueron forzados al diálogo y/o a la producción, explícita o implícitamente, de un discurso geográfico. Estas reflexiones tuvieron como lema la "relación hombre-ambiente", aspecto fundamental de la metodología geográfica en el período. Sílvio Romero es un autor clave del debate nacional, tal como su reflexión y proposiciones para resolver los problemas de las "razas inferiores" y de los "trópicos tórridos". Según el autor, el desarrollo de la nación brasileña sería por el blanqueamiento de la población a través de cruce entre razas y, en consecuencia, la creación de blancos adaptados a la naturaleza tropical. Con eso se establece una visión biopolítica que afirma la evolución de la civilización en Brasil por la extinción de los negros y los indígenas.

Palabras clave: discurso geográfico, naturaleza, raza, nación, Sílvio Romero.



A redenção de Cam. Modesto Brocos (1895).

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar como as noções de meio e raça foram operadas no discurso geográfico do fim do século XIX e começo do século XX. Para tanto, serão exploradas as leituras de Sílvio Romero sobre a nação brasileira, neste período. Nesse sentido, algo que já deixamos explícito é a conexão direta entre geografia científica e os processos de fundação nacional, ou, em outros termos, que o discurso geográfico foi instrumentalizado para a constituição física e imagética da nação, o que se encontra explicitado nas teorizações romerianas. Do mesmo modo, ressaltamos a colonialidade presente nesta operação, cuja ciência e, consequentemente, o discurso geográfico estiveram imersos num eurocentrismo irrestrito e hierarquizante que teve reflexo nas visões e juízos sobre a nação.

A segunda metade do século XIX foi um período de transformações nas estruturas política e social da sociedade brasileira. Este também foi um momento em que o país se encontrava em um ponto de incertezas no tocante a estabelecer-se como "nação civilizada". Tendo como referência as nações europeias, tornar-se uma nação envolvia um processo que denotava a existência unitária de uma cultura, um povo e um território. Nos termos do discurso eurocêntrico, evolucionista e determinista, o Brasil era um país desfacelado culturalmente, estava repleto de população inferior – leia-se de negros, indígenas e mestiços – e se localizava em um meio degenerador – os trópicos (SCHWARCZ, 1993; SKIDMORE, 1976; MACHADO, 1995; MURARI, 2009). Tendo em vista que estas eram questões prementes e que se deveria "construir a nação", todos que buscaram pensar o Brasil tiveram que, inevitavelmente, enfrentar os problemas relativos ao seu povo e seu meio.

Como demonstra a historiografia desse período, há uma gama ampla de autores que debateram e estiveram envolvidos com os problemas e dilemas citados, contudo, Romero é destacado como um dos autores centrais desse momento. Por conta de sua proeminência, suas obras são a base do pensamento social brasileiro moderno e estão presentes tanto na bibliografia que busca analisar as relações socioculturais brasileiras (CÂNDIDO, 2001) quanto na bibliografia geográfica dos primeiros anos do século XX (BACKOUSER, 1926; CARVALHO, 1923) e do período universitário da geografia, entre os anos 1930 até 1970 (AZEVEDO, 1975 [1969]; SANTOS, 1948; RODRIGUES, 1970).

Desse modo, de alguma forma, compreender Sílvio Romero é importante para entendermos o próprio pensamento levado a cabo nas ciências sociais e na geografia brasileira, pois, a rigor, as reflexões e tematizações deste autor – para o bem ou para o mal – delinearam as ciências sociais no Brasil, que tiveram que com ele dialogar para criar o próprio campo de reflexão (CÂNDIDO, 2001). Além do mais, Sílvio Romero é paradigmático

para compreendermos a política do conhecimento no Brasil, pois suas ideias estão conectadas a processos mais amplos (como, por exemplo, o da formação da Primeira República) e demonstram os vínculos reativos entre teoria e realidade, em que o conhecimento é afetado pelo contexto espaço-temporal, mas também tem efeitos constitutivos sobre ele.

Buscamos, assim, realizar uma "análise internalista" (VALCARENGHI, 2015), sem excluir os aspectos externos, do "discurso geográfico" produzido por Romero. Procuramos mapear as principais referências e perspectivas teóricas deste autor e os artifícios utilizados para articular e modular meio e raça em suas elaborações, o que está visivelmente projetado sobre a nação. Um dos pressupostos é que os esforços deste autor em resolver o problema que envolvia a raça e o meio o levaram a produzir (um tipo de) discurso geográfico, ainda que ele não fosse ou se identificasse como geógrafo. Ademais, Romero estava em diálogo direto com as teorias produzidas na Europa, inclusive as geográficas, o que muito influenciou sua produção.

Tendo em vista que as leituras sobre Romero são bastante amplas, além de existir no pensamento social uma gama extensa de debates e análises em torno delas, priorizamos uma obra específica sua, apesar de tratarmos de outras, a ver: *História da literatura brasileira*, de 1888. Este livro, especificamente, é paradigmático na nascente República brasileira, pois, como indicou Costa (2006), trouxe um conjunto de questões acerca da nação que influenciou e definiu diretrizes de argumentação que perduraram entre a *intelligentsia* brasileira por sucessivas gerações. Além do mais, foi nesta obra que Romero melhor explicitou seus posicionamentos sobre o "elo inoportuno" entre a raça e a nação (COSTA, 2006), bem como destas com o meio.

O cerne das leituras de Romero é o entendimento da mestiçagem e do meio tropical como problemas teóricos no que tange a nação. Na verdade, ele se debruçou sobre este tema tendo como pano de fundo dois aspectos: primeiro, como indicou Reis

(2007), a questão lançada por Von Martius, em meados do século XIX: "seria o negro ruim ou bom para a sociedade brasileira?" Este foi o enredo que atravessou suas produções. Uma peça do processo de caldeamento, o negro-africano desordenava a maior parte dos constructos e previsões – eurocentradas – do autor, e muitas das análises na obra em questão são destinadas a este "" na sociedade brasileira. O segundo refere-se ao meio tropical, pois Romero foi influenciado por visões negativas sobre a natureza no Brasil. De acordo com estas interpretações, o meio tropical era um dos principais fatores que impossibilitavam o progresso e o desenvolvimento civilizacional no Brasil.

Este artigo está estruturado em três partes principais: primeiramente, buscamos realizar uma breve contextualização histórica; posteriormente, buscamos situar a geografia nesse contexto; e, por fim, passamos a analisar as leituras de Sílvio Romero, seguindo-se as considerações finais.

Espelhos ardilosos da nação em fin de siécle XIX

A virada do século XIX para o XX foi um momento emblemático da história brasileira. Este período foi carregado de complexidade e se configurou como um momento de transformações profundas na sociedade como um todo. A promulgação do fim da escravidão, a estruturação da república, a solidificação da independência frente à metrópole portuguesa, a formação das instituições produtoras de conhecimento, a consolidação das fronteiras territoriais e os avanços nas relações internacionais, entre outros, foram episódios que marcaram literalmente esta etapa histórica do país (SCHWARCZ, 2013), o que, ainda hoje, tem reflexos em nossas estruturas social, econômica e política.

A abolição da escravidão, em maio de 1888, e o fim da Monarquia, dando lugar ao Estado republicano, certamente deram o tom deste período histórico. Havia a crença de que, com essas

mudanças, o país estava deixando para trás o que significava o atraso e a barbárie – a Monarquia e a escravidão – e estava rumando inevitavelmente para a modernidade e a civilização. Com uma referência direta à Revolução Francesa, marcada pelo tão repetido lema *igualdade*, *fraternidade* e *liberdade*, "a República surgiu alardeando promessas de igualdade e de cidadania – uma modernidade que se impunha menos como opção e mais como etapa obrigatória e incontornável" (SCHWARCZ, 2013, p. 19). Enfim, nos primeiros anos da recém-formada República, muitos acreditavam que o "progresso" não era somente alegórico na bandeira: ele era certo e garantido.

Apesar da euforia e do otimismo iniciais, o conjunto de velozes transformações trazia à tona também uma série de dilemas e problemas. Tendo como referências as nações europeias e um conjunto de ideias que provinham desse contexto, passados os primeiros anos da República, parecia unânime entre nossos pensadores e em parcelas da população que, de fato, o país se encontrava em uma encruzilhada na busca por se tornar uma nação "moderna" e "civilizada". Se a certeza do progresso era indubitável, o caminho para se chegar a este fim parecia nebuloso e, de alguma forma, bastante longo.

A identidade nacional, como se pode notar, era o principal problema em meio a esse contexto repleto de mudanças e incertezas. De acordo com Carvalho (1990), no período do Império, tendo em vista os fortes laços com a metrópole portuguesa, houve pouco reflexão sobre um sentido de nação ou nacionalidade, no Brasil. Quando se constituiu a República pela derrubada do Império e as amarras institucionais com a metrópole foram quebradas, a "nação brasileira" emergiu, na visão das elites, quase que como uma tela em branco. Não por acaso, em um certo momento deste debate, Alberto Torres (1978, p. 297) afirmou que "este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos". Em suma, intelectuais, políticos e artistas da época

chegaram à conclusão de que não somente a sociedade brasileira deveria ser mais bem interpretada e compreendida como, à custa da modernidade, a nação deveria ser construída.

Deve-se destacar que esse horizonte aberto em torno do edificar a nação deu margem para todos os tipos de projeções e utopias, algumas as mais díspares possíveis. Do mesmo modo, algo que fica explícito dessas idealizações que articulavam discurso científico e discurso nacional é o fato de elas terem sido debatidas e cumprirem os anseios de poucos – se não mais de "uma ilha de letrados no mar de analfabetos" (CARVALHO, 2003), como se caracterizavam, na Corte, alguns poucos homens de ciências e políticos encastelados em seus gabinetes.[1]

A relação da recém-formada República com a Europa era uma via de mão dupla, principalmente na condição em que vivia o Brasil, uma nação que "exportava matéria-prima e importava idéias e instituições" (CARVALHO, 1990, p. 16). As discussões, proposições, cogitações, projeções etc. acerca do futuro da nação perpassavam justamente por perspectivas científicas etnocêntricas e colonialistas/imperialistas provindas da Europa. Este viés conduziu à conformação de teorias que visualizavam o mundo tendo como centro a sociedade europeia, portadora das verdades da ciência, do progresso e da civilização, frente à qual os demais povos e países pareciam sempre inferiores e deficitários (BANTON, 1977). Estas premissas se tornaram as bases fundamentais de um conjunto de teorias e perspectivas utilizadas para se pensar a questão nacional brasileira, infiltrando-se praticamente em todas as instituições políticas e produtoras de conhecimento da República (SCHWARCZ, 1993).

A naturalização de uma suposta homogeneidade nacional era patente na concepção de nação que vigorava no século XIX. Na

[1] O que ajudou a acomodar uma série de contradições desse momento foi a ciência positivista que aportara no país, nesse período, que insurgiu como um remédio para todos os problemas. O discurso científico positivista, caracterizado como o suprassumo da modernidade na época, emergiu para acondicionar tensões e ambivalências dessa realidade paradoxal, legitimar novas práticas de controle social e, com projeções otimistas, manter viva a chama de um futuro promissor para a nação (SCHWARCZ, 2013).

concepção europeia, a nação deveria se configurar em uma individualidade; uma unidade política singular que acomodaria povo, natureza e cultura em uma espécie de essências estruturalmente articuladas. A individualidade destas unidades territoriais-naturais seria definida a partir da ideia de raça, por um lado, e sobre a concepção de língua nacional e cultura (ou civilização) nacional, por outro (BANTON, 1977; HOBSBAWM, 1991). A equação deste processo seria: um meio (natural) + "povo (raça) + cultura (civilização) + língua = nação" (SEYFERTH, 1996).

Entre esses, povo e meio eram os tópicos que mais preocupavam os pensadores da nação no Brasil. Na verdade, forçados pelos modelos europeus de nação, era inevitável o enfrentamento destes dois temas (dilemas) que, em suas leituras, pareciam verdadeiros obstáculos para o desenvolvimento e o progresso do país. Uma série de ideias e teorias evolucionistas e biologicistas que aqui aportavam desqualificavam justamente a população e a natureza brasileiras. Nossa população era interpretada, assim, a partir de uma "ciência racialista" que enfatizava não somente a existência de raças, mas a hierarquia entre estas; eram relacionados aspectos externos da corporeidade de indivíduos à moral e à capacidade cognitiva, cuja escala definia como inferiores negros, indígenas, mestiços etc. e como superiores a população brancóide existente na Europa (HOFBAUER, 2006). Além do mais, a população brasileira não era homogênea, algo fundamental para a constituição de uma nação, mas marcada pela grande diversidade e pela mestiçagem. Frente a essa "população de degenerados", foram cortantes as palavra do marquês Arthur de Gobineau (1915) sobre o Brasil: o país estava "fadado à barbárie, indolência e à servidão".

Quanto ao meio ou à natureza brasileira, muitos teóricos europeus, fundamentando-se em narrativas de viajantes do século XVIII e início do século XIX, bem como nas teorias deterministas em voga, afirmavam a potência insuperável e o caráter degenerante do meio tropical do país. No que toca a este aspecto,

as ideias deterministas do historiador inglês Henry Buckle (1823-1862) tiveram grande ressonância e circularam intensamente entre os pensadores brasileiros. Este autor afirmava, em seu livro *Introduction to the history of civilization in England* (1857), mesmo sem conhecer in loco o Brasil, que, por conta da exuberância e intensidade de sua natureza – algo que sempre prevaleceria sobre o "homem" –, a nação estaria fadada a viver em condições primitivas *ad infinitum*.[2] Ambos os fatores (a população composta majoritariamente de raça inferior e mestiçada e nossa natureza tropical degenerante) impossibilitavam o desenvolvimento de uma nação ou civilização à altura das europeias, no Brasil.

Nesse sentido, mobilizar a raça e o meio para refletir sobre a nação não foi por mero acaso, pois, no momento em que insurgia a República e que se buscava definir uma identidade nacional, essas noções eram os fatores que marcavam nossa identidade e nos diferenciavam das nações europeias. Ainda assim – e este foi o grande dilema –, provinha daí também nossa condição de inferiores e não civilizados frente às nações europeias (SCHWARCZ, 1993; SKIDMORE, 1976; MACHADO, 1995; ORTIZ, 2005). A geografia do período, na medida em que tinha como cerne metodológico a "relação homem-meio", foi fundamental para interpretar e elucidar esta problemática.

A geografia moderna... ainda colonial

Colhendo os frutos do desenvolvimento técnico-cientifico europeu, bem como dos "descobrimentos" e expansões europeias do século XIX (HEFFERNAN, 2009), a geografia moderna, a "mais capacitada que qualquer outro para documentar a marcha do progresso na superfície da Terra" (PEREIRA, 2005, p. 115),

[2] Deve-se ressaltar que o historiador afirmava que o progresso da civilização europeia se marcava pela influência cada vez menor do mundo natural. Na Europa, em geral, e na Inglaterra, em particular, em algum momento histórico, as forças mentais acabariam por se sobreporem totalmente às condições naturais.

tornou-se ela própria a disciplina instrumental e mais adequada para a conformação do progresso que a modernidade exigia. Condicionada por uma visão baseada no positivismo, a geografia participou desse "processo civilizatório", não somente otimizando os fluxos e fixos de sistemas econômicos e da expansão europeia (PEET, 1985; MORRISSEY, 2014), como operou na conformação de "ideologias geográficas" (MORAES, 1991) ou "geografias imaginativas" (SAID, 2006) para justificar e legitimar a existência e a hegemonia de Estados-nações.

Na medida em que a geografia moderna se desenvolveu no período mais agudo da expansão colonial e do imperialismo europeu, trouxe reflexos em seu discurso científico de ideias que hierarquizavam e que afirmavam a superioridade deste continente e de seus povos. Peet (1985, p. 310),[3] por exemplo, ao traçar um quadro panorâmico da constituição epistemológica desta disciplina no século XIX, salientou que o "determinismo ambiental foi a entrada da geografia na ciência moderna. O determinismo tentou explicar os eventos imperialistas do capitalismo do final do século XIX e do início do século XX de maneira científica". Mais que isso, de acordo ainda com este autor, infiltraram-se, na constituição epistemológica desta disciplina, noções relacionadas à biologia evolucionista e ao darwinismo social, perspectivas em voga na Europa neste período, que tiveram como reflexos não apenas o "determinismo geográfico", mas também leituras racialistas acerca dos povos no globo terrestre (PEET, 1985).

Livingstone (1991), refletindo sobre o determinismo geográfico e racial na "tradição geográfica" do século XIX, ressaltou que quaisquer que fossem as respostas das disciplinas científicas modernas, principalmente da geografia, acerca dos grupos humanos, era subjacente a presunção de que os laços entre raça e lugar natural eram estreitos, porque o meio conformava a raça ou porque a "natureza" criava diferentes raças localizadas em

[3] As citações retiradas de obras em língua inglesa foram traduzidas pelo autor.

regimes geográficos apropriados. Tendo em vista a forte influência da biologia evolucionista (com bases nas teorias darwinianas e lamarckianas), e no contexto expansionista europeu, geógrafos da segunda metade do século XIX não somente atentaram – acertadamente – para a influência do meio sobre os grupos humanos, como algumas perspectivas pensadas a partir das hierarquias raciais ligaram, de forma determinista, a "inferioridade" dos povos aos seus meios naturais. Por esta perspectiva, "estava claro que qualquer propensão moral exibida por várias raças era assim ela mesma uma moral geográfica" (LIVINGSTONE, 1991, p. 417).

Portanto, as diferenças humanas racializadas – e sua face oculta: as hierarquias – se projetaram de forma determinista no meio e vice-versa. Povos eram inferiores porque se originavam em determinados meios; meios eram sórdidos porque conformavam povos degenerados e inferiores. Foi a partir desta ideia tautológica que se acreditou que os grupos raciais possuíam uma posição social natural, bem como uma localização geográfica (ou um meio natural) exclusivo. Os trópicos, precisamente onde se localizavam a maioria dos povos tidos como inferiores, foram "logicamente" taxados como perniciosos por estas ideias.

Os contextos coloniais, pós-coloniais e imperiais do fim do século XIX e início do século XX, para os quais essas teorias se destinaram e nos quais foram absorvidas, deram margem a vários tipos de interpretações, o que esteve interligado, na maioria dos casos, às problemáticas nacionais vivenciadas em cada contexto e aos interesses das elites intelectuais e políticas, ligadas umbilicalmente às metrópoles europeias. No Brasil, por exemplo, esse conjunto de teorizações chegava de forma bastante difusa e tomava sentidos, usos e amplitudes diferentes na maneira como estas eram absorvidas e empregadas por pensadores, intelectuais, políticos, artistas e escritores.

Diferente do que se constuma pensar, as ideias provindas da Europa não eram assimiladas e reproduzidas mecanicamente

pelas elites intelectuais brasileiras. Como destacou Schwarcz (1993), existiam processos de tensão, negociação, ajuste, seleção e mescla dessas ideias, o que propiciava os resultados mais diversos possíveis. Algo muito característico deste processo nos pensadores brasileiros foi que, a depender de seus interesses e perspectivas e tendo como horizonte as ditas "civilizações europeias", eles filtravam as teorias a seu gosto e, em alguns casos, associavam e colocavam lado a lado teorias diametralmente opostas (COSTA, 2006). De qualquer forma, este processo foi parte de uma trama que originou, no dizer de Segato (2007), uma "formação nacional de alteridade" exclusivamente brasileira, que, apesar da similaridade com outros contextos, principalmente os da América Latina, possuía contornos muito próprios enredados pela formação social e política ocorrida aqui.[4]

Deve-se ressaltar, no entanto, que os pensadores brasileiros do limiar do século XX, no afã de construírem uma "nação civilizada", tiveram que lidar com uma gramática discursiva oriunda das teorias científicas que colocavam no topo das hierarquias a Europa; em especial, colocavam no cume da hierarquia racial os brancos e o clima e meio físico europeus como basilares para a constituição de sociedades desenvolvidas. Esses pensadores se encontravam em situação bastante delicada, pois falavam a partir de um contexto repleto de negros, indígenas e

[4] Deve-se ressaltar que, nesse contexto de processos formativos distintos – mas mutuamente referidos – entre Brasil e Europa, talvez não seja profícuo observar-se a adequação (ou não) dessas ideias a um contexto social, mas sim lançar luz sobre as possibilidades e os efeitos de seus desdobramentos. Pois processos de produção do conhecimento (em que eram tomados fragmentos de ideias, era realizada a mudança de conceitos para adaptá-los à realidade local e em que ocorria a alocação, lado a lado, de teorias que se contrapunham etc.) geravam proposições teóricas que se mostravam completamente distintas (e, por vezes, opostas) às ideias que os fundamentavam, mas que eram eficazes na política do conhecimento e da institucionalidade nacional. Em outras palavras, não se pode negar a proficuidade e a criatividade do pensamento construído por pensadores brasileiros. Ainda assim, não se pode deixar de destacar as dimensões de poder que atravessavam as ideias, tanto as produzidas na Europa quanto as produzidas no Brasil. A colonialidade embutida nessas leituras difundia um conjunto de hierarquizações que ordenava o valor das ideias no sistema mundo moderno-colonial, bem como a realidade que estas ideias liam e interpretavam.

mestiços, num território localizado quase que totalmente nos trópicos. Assim, nessa relação embaraçosa com as teorias deterministas e evolucionistas europeias, ora concordavam, ora discordavam, e ora faziam vistas grossas a aspectos destas doutrinas, dando contornos a uma "formação nacional de alteridade" toda específica.

A geografia e o discurso geográfico produzidos no Brasil só puderam, então, ser pensados e produzidos a partir desses aspectos e conjuntura. Além do mais, nesse período, a geografia se constituía em um campo de formação bastante amplo. Não existiam instituições que concentravam a formação; o discurso geográfico não era monopolizado pelas sociedades e institutos geográficos, e nem estava presente também nas escolas de medicina e direito, bem como entre políticos, artistas, literatos etc. (MORAES, 2000; 2002; MACHADO, 1995). Isto trazia uma diversidade bastante ampla no que se refere aos objetivos e aos sujeitos que manejavam o discurso geográfico, assim como também às referências teóricas, majoritariamente europeias, tomadas para fundamentá-lo.

De qualquer forma, muitas das questões tratadas pela geografia eram gestadas a partir das relações de estranhamento que envolviam os modelos – de superioridade – impostos pelos países europeus. Isto se assentava exatamente nas diferenças qualificadas e hierarquizadas conformadas por relações moderno-coloniais, que se desenharam no fim do século XIX. Como o espaço geográfico era central nos processos relativos ao fazer a nação frente às nações europeias, a geografia produzida neste período se debruçou sobre questões e debates relativos à natureza físico-climática do território e à adaptabilidade dos indivíduos ao meio, bem como sobre as características raciais dos habitantes e as possíveis consequências destes aspectos na formação social do povo brasileiro (MACHADO, 1995).

Dado que "o espaço geográfico era uma realidade e também uma metáfora para expressar outros interesses e

realidades" (MACHADO, 1995, p. 311), o discurso geográfico brasileiro, ao tentar redefinir as linhas que perpassavam as representações sobre o território e a população, operou

> [...] de um lado, sedimentando a tese determinista que projetava um destino de grande potência, considerando como elementos determinantes as riquezas naturais, a dimensão territorial e a tropicalidade. De outro, alimentando duas teses opostas sobre a natureza dos habitantes: a tese de que uma população miscigenada era a garantia de um controle eficaz da natureza tropical, e a tese, mais pessimista, que contrastava uma natureza generosa com uma população heterogênea, em crescimento desordenado, incapaz de auto-organizar e de gerir de forma racional o território (MACHADO, 1995, p. 311).

Nesse sentido, no caso brasileiro, percebemos a utilização do discurso geográfico para resolver uma série de dilemas referentes à formação nacional "à europeia". Na medida em que, nesse período, a composição populacional heterogênea e a natureza tropical eram, ao mesmo tempo, os sinais diacríticos da identidade brasileira, bem como os fatores que impossibilitavam nosso desenvolvimento, estas passaram a ser tratadas por toda a *intelligensia* brasileira, levando-a a dialogar e/ou a produzir, explícita ou implicitamente, um discurso geográfico. Deve-se ressaltar que o problema da qualidade racial do povo e dos fatores degenerantes do meio tropical eram tomados conjuntamente, algo que já vinha embutido nas teorias europeias que aqui aportavam. Os prognósticos e soluções propostas foram muitos, contudo, na visão dos pensadores brasileiros, ambos deveriam ser solucionados conjuntamente, pois raça e meio estavam imbricados indubitavelmente um ao outro. Assim, refletindo sobre a relação povo-meio (raça-trópicos), a geografia foi fundamental para a constituição da ideia de nação brasileira estabelecida no fim do século XIX e início do século XX. Foi a partir deste horizonte que Romero, por meio da ciência, buscou encontrar um caminho para o Brasil.

A composição do problema nacional em Sílvio Romero

Sílvio Romero nasceu em Sergipe, em 1851, e morreu no Rio de Janeiro, em 1914. Formado em Direito, no Recife (1873), no Rio de Janeiro, rapidamente se tornou conhecido pelas polêmicas que evocava, colocando-se contrário ao positivismo e ao romantismo existentes entre pensadores brasileiros à época. Era um crítico ferrenho do "francesismo" da intelectualidade brasileira e nutria uma forte aversão à Corte, sentimento que herdou de seu mestre da escola de Recife, Tobias Barreto. A tensão causada pela sua origem e perspectiva balizadas por influências germânicas (SOUZA, 2007) e as representações e generalizações nacionais criadas pela *intelligentsia* da capital influenciaram vários de seus debates, em especial suas teorizações sobre a nação brasileira. Firmando-se como um intelectual bastante influente em sua época, muitos de seus livros e escritos que trataram da formação e da identidade nacional deram clivagens a um debate que se estendeu intensamente pelas décadas seguintes.

Em especial, uma das críticas realizadas ao romantismo no Brasil relacionava-se à mitificação do índio. Este, na visão de Romero, estava ou em via de extinção ou restrito às selvas distantes do país. Foi justamente a partir desta crítica que Romero trouxe à baila um componente até então pouco tratado para se pensar a nação: o negro. Segundo este autor, este "elemento" era o principal "agente civilizador"[5] da sociedade brasileira, e os cientistas, se quisessem compreender ou fazer prognósticos mais certeiros sobre o futuro da nação, deveriam se debruçar "cientificamente" sobre ele. Pelas mãos de Romero, nesse momento, o negro, que se encontrava, até próximo à abolição da

[5] "O negro é adaptável ao meio americano; é susceptível de aprender; não tem as desconfianças do índio; pôde viver ao lado do branco, alliar-se a elle. Temos hoje muitos pretos que sabem ler e escrever; alguns formados em direito, medicina ou engenharia; alguns commerciantes e ricos; outros jornalistas e oradores. Ao negro devemos muito mais do que ao índio; elle entra em larga parte em todas as manifestações de nossa actividade. Cruzou muito mais com o branco" (ROMERO, 1902[1888], p. 74).

escravidão, de alguma forma esquecido pelos pensadores brasileiros, se tornava "objeto de ciência"[6] para o bem da nação.

Na verdade, Romero não descartava totalmente o índio, ao enfatizar que o fundamento da sociedade brasileira era a junção entre indígenas, negros e brancos. No entanto, a população negra era a peça central e, ao mesmo tempo, desprezada pelos homens de ciência que interpretavam o país. Na medida em que tudo de negativo e inferior era projetado na população negra, este movimento de Romero ocorria para afirmar a necessidade de se estudar a "estrutura étnica" do país – principalmente o negro – como um problema a se resolver, caso quiséssemos alcançar o progresso nacional. Ainda que ele, a contragosto das elites, tenha trazido como um dado novo sobre a identidade nacional o "caráter mestiçado" da sociedade brasileira,[7] permanecia latente sua crença na inferioridade inata de negros e indígenas e na superioridade incondicional dos brancos.

Do mesmo modo, o duplo do racismo científico, o determinismo geográfico, o aturdia. As teorias europeias que circulavam no Brasil afirmavam o caráter insalubre e degenerante do meio e do clima do país, algo que, interligado à população inferior, reforçava a impossibilidade da formação de uma nação moderna e civilizada. Nessa matéria, o já citado historiador inglês Henry Buckle foi o principal interlocutor de Romero. Sua afirmação de que o Brasil estava fadado a um "inveterado barbarismo" devido ao seu meio e suas condições climáticas fez

[6] "O negro não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de ciência… Apressem-se, porém, senão terão de perdê-lo. E todavia, que manancial para o estudo do pensamento primitivo! Este mesmo anelo já foi feito quanto aos índios. [...] Depois do português é ele [o negro] o fator mais valente de nosso progresso; de alto a baixo a vida do brasileiro mostra a sua ação: língua, costumes, contos, canções, tudo no Brasil é de formação tríplice, e o olhar adestrado vai mostrar o veio negro seguindo o branco de perto e deixando o vermelho quase obliterado" (ROMERO, 1977, p. 35, 60).

[7] Outros autores, como Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), já haviam apontado a mestiçagem como uma característica da sociedade brasileira, contudo, sem sombra de dúvidas, foi Romero quem sistematizou, segundo o que ele considerava científico à época, uma interpretação sobre miscigenação.

Romero despender grandes esforços teóricos, incrivelmente, não para refutar as conclusões de Buckle, mas para corrigi-las e torná-las mais ajustáveis às suas afirmações. A raça, na visão de Romero, era constituída pelo meio, e, nesse sentido, relativizar a ideia fatalista do meio era pressuposto fundamental para se pensar e constituir uma sociedade civilizada.

Em suma, tendo à frente essa tarefa e acreditando no poder das ciências, afirmou:

> O clima não creou as raças que constituem nossa população composta de gentes para aqui immigradas, [contudo] elle as pôde modificar e modifica effectivamente. Hoje que este facto empirico está descoberto e estudado, cumpre-nos não caminhar às cegas como hordas selvagens. A politica e a sciencia brasileiras têm ahi diante um problema a solver e a dirigir (ROMERO, 1902[1888], p. 49).

Nesse sentido, vejamos com maior detalhe as estratégias teóricas deste autor para resolver as problemáticas em torno da raça e do meio.

A nação mestiça... "agonia de um nacionalista frustrado"

Romero, em *História da Literatura Brasileira* (1902[1888]), buscou formular uma "theoria da evolução histórica do Brasil", que tinha por objetivo "encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito e do caráter do povo brasileiro" (ROMERO, 1902[1888], p. 6). Segundo sua perspectiva, a nação só poderia ser pensada a partir dos seguintes fatores: "ação do meio físico, as qualidades etnológicas das raças constituintes, as condições biológicas e econômicas que determinam a formação nacional, o processo de miscigenação, os incentivos de psicologia social" (ROMERO, 1902[1888], p. 21).

Baseado em teorias biologicistas e evolucionistas, Romero enfatizou que a nação deveria ser examinada e explicada a partir da articulação entre fatores naturais, étnicos e morais. Contudo, ainda que, como ressaltou Souza (2007, p. 48), este autor "recuse-se a basear seu método em qualquer fator que seja determinante

em relação aos demais [...] [uma vez que] meio exterior e ação moral, história e biologia são fatores que se misturam e agem como determinantes uns sobre os outros", havia uma forte subordinação dos aspectos sociais aos naturais, tendo em vista o peso do biologicismo determinista nas leituras de Romero. Como se percebe no seguinte trecho, na ordenação que fez este autor, a biologia parece ser o gerador e o motor dos processos sociais: "Não resta a menor dúvida que a história deve ser encarada como um problema de biologia, aí se transforma em psicologia e esta em sociologia; há um jogo de ações e reações do mundo objetivo sobre o subjetivo e vice-versa" (ROMERO, 1902[1888], p.179-180). Ademais, é enfatizada reiteradamente, em sua interpretação, a importância da geologia, do clima e da raça para a constituição de uma nação civilizada.

Nesse sentido, não é fortuito o fato de que ao tratar das "origens do atraso" brasileiro, Romero tenha dado tanta importância ao clima, marcado pelo "calor excessivo, chuvas torrenciais e pelas secas", e à "incapacidade relativa das três raças que constituíram a população do país" (ROMERO, 1902[1888], p. 41). Orientado por um pensamento europeu de base alemã, suas conclusões acerca do Brasil não poderiam ser outras se não a de que estaríamos em uma situação de extremo atraso e que, tendo em conta a localização nos trópicos e a grande quantidade de "raça inferior" aqui presente, o retardamento do Brasil seria congênito.

Ao se deparar com essas conclusões, quais foram as saídas de Romero? Primeiramente, ele trouxe à baila um posicionamento pouco comum, naquele momento em que era hegemônica uma visão sobre o Brasil como uma estrutura desfacelada e sem identidade. O país, para Romero, já possuía um *ethos* identitário delineado: "Um imenso país descoberto e colonizado; duas raças bárbaras senhoreadas por uma raça superior; populações novas formadas; invasões estrangeiras repelidas; comércio, indústria, autonomia política, certos impulsos originais; tudo isto repercutiu no espírito do povo e habilitou-o a ter também um caráter próprio"

(ROMERO, 1902[1888], p. 517). Mediante discursos que enxergavam a situação amorfa e sem identidade do país como um problema, estrategicamente, Romero caracteriza a sociedade brasileira como uma estrutura aberta e em processo de fazer-se. Isto, além de permitir prognósticos mais otimistas sobre a nação, dava margem para intervenções na sociedade, no plano teórico e na realidade concreta.

O "caráter étnico" é o catalisador e condensa esse ponto de vista de Romero, pois,

> O povo brasileiro não é um povo feito, um tipo étnico definido, determinado original... Ainda entre nós as três raças não desapareceram confundidas num tipo novo, e este trabalho será lentíssimo. Por enquanto a mescla nas cores e a confusão nas raças é o nosso apanágio (ROMERO, 1977, p. 267).

Este autor caracterizava a sociedade brasileira como mestiça e ressaltava que "o mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional" (ROMERO, 1902[1888], p. 75). Nesse sentido, o português, o africano e o índio eram forasteiros, no Brasil romeriano, pois "o genuíno nacional é o descendente destas origens" (ROMERO, 1977, p. 33). Tendo como horizonte esta perspectiva, ele lançou uma máxima que foi tomada por vários autores subsequentes para se pensar o Brasil: "Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéas. Os operários deste facto inicial têm sido: o portuguez, o negro, o indio, o meio physico e a imitação estrangeira" (ROMERO, 1902[1888], p. 4).

Romero articulou à ideia da nação brasileira como uma "estrutura amorfa e em processo de fazer-se" à noção de mestiçagem, um processo também sem forma e em andamento. Astuciosamente, para escapar dos determinismos fatalistas das teorias europeias, que inclusive o fundamentavam, frisou e acentuou que a nação brasileira não estava formada, mas sim em processo de formação em todos os seus aspectos nacionais. Isto lhe

permitia uma margem de agência maior para interpretar e criar prognósticos positivos sobre o país.

Contudo, tendo em vista o teor hierarquizante implicado nessas teorias, uma série de contradições se apresentavam no discurso sobre a nação de Romero. Por exemplo, a ideia de uma "nação mestiça" era atravessada de hierarquizações que privilegiavam justamente o branco. Muito influenciado pelo evolucionismo e pelo darwinismo social de Ernst Haeckel (1834-1919) e Herbert Spencer (1820-1903),8 Romero enxergava e previa no cruzamento das raças o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Contudo, deve-se ter em vista, este cruzamento levaria consequentemente ao branqueamento da nação. Desenvolvimento e branqueamento eram irmãos siameses, na ótica germanista de Romero e, de alguma forma, da maioria dos pensadores brasileiros à época. Acerca disso, foi bem notado por Costa (2006, p. 176) que a adesão ao darwinismo e a crença na prevalência do princípio da seleção natural entre as sociedades humanas mostraram-se primordiais para que Romero pudesse combinar o dogma da desigualdade biológica entre as raças e a possibilidade de um "mestiçamento benigno" que, se adequadamente orientado, conduziria ao branqueamento paulatino dos brasileiros.

Dessa forma, a mestiçagem seria uma etapa transitória no projeto de formação e desenvolvimento da nação, o que estava relacionado explicitamente ao "triunfo do branco": "O mestiço, que é a genuína formação histórica brasileira, ficará só diante do branco quase puro, com o qual se há de, mais cedo ou mais tarde, confundir... Dentro de dois ou três séculos a fusão étnica estará talvez completa e o brasileiro mestiço bem caracterizado" (ROMERO, 1902[1888], p. 54-55). Assim, sem dúvida, a mestiçagem de Romero tinha como fim o desenvolvimento da nação, contudo, isto estava diretamente relacionado ao

8 Para uma análise da influência desses autores em Sílvio Romero, bem como no pensamento social brasileiro, ver Bahia *et al.* (2015) e Murari (2009).

branqueamento da nação, pois o mestiço do qual nos falava este autor era um mestiço branco ou quase branco.

A despeito de uma resolução imediata acerca da raça, restava a Romero solver o problema do meio tropical como um obstáculo para se atingir o estágio de desenvolvimento civilizacional. Tendo em vista que os dados sobre o meio eram mais difíceis de serem transpostos, por conta de suas transformações serem marcadas por processos naturais e históricos de longa duração, Romero não negou o determinismo do meio, mas pensou a raça como um dispositivo que se adaptava ao meio.

Relativizando o determinismo geográfico

De acordo com Costa (2006), a "mestiçagem branqueadora" de Romero possuía três pilares teóricos:

1) as teorias de hibridização do etnólogo francês Paul Brocas (1824-1880), a partir das quais Romero enfatizava ora a absorção das "duas raças menos avançadas [indígenas e negros]" pela raça ariana, ora a formação de "uma sub-raça mestiça e crioula, distinta da europeia" (ROMERO, 1902[1888], p. 20);

2) a aplicação dos princípios da seleção natural e a sobrevivência dos mais aptos. Romero, a partir de um lamarkismo reconfigurado e do evolucionismo spenceriano, acreditava que os genes caucasianos eram dominantes e que os brancos, na sociedade brasileira, eram mais bem aparelhados para a luta pela sobrevivência. Assim, a miscigenação desenvolveria a nação – na verdade, a embranqueceria –, e os brasileiros poderiam ser beneficiados racialmente no futuro;

3) o determinismo geográfico de Henry Buckle acerca da influência do meio no desenvolvimento dos grupos humanos e no surgimento das civilizações, cujo produto modelar mais bem-sucedido era a Europa (e os europeus).

No que concerne especificamente ao terceiro pilar teórico, é interessante o fato de que, apesar de o historiador inglês ter realizado afirmações fortemente pessimistas acerca do Brasil, ressaltando que nunca alcançaríamos o estágio de civilização por conta da potência do meio natural aqui existente, Romero o tomava como referência primordial. Contudo, temos que atentar para o movimento realizado pelo autor brasileiro, que concordava com as teses desventurosas de Buckle, entretanto, dava um sentido próprio a suas leituras ao enfatizar que eram necessários ajustes e correções no que tocava à estrutura natural do Brasil,9 e, indo além, retirava inusitadamente do determinismo buckleniano as alternativas para nos tornarmos uma civilização.

Primeiramente, deve-se ressaltar que o método de Buckle, que buscava compreender a determinação de fatores internos e externos na história das civilizações, influenciou profundamente Romero. Em sua obra principal, *History of Civilazition in England* (1858), o historiador inglês buscou justamente articular as características "metafísicas" e os fatores físicos para compreender as sociedades no globo terrestre, referência que se ajustou perfeitamente aos intentos de Romero no que dizia respeito ao Brasil. Além do mais, como este ressaltou, "esse autor [Buckle] mais de perto nos toca a nós brasileiros, porquanto dos modernos reformadores da história é o que mais se occupa com o Brasil, e terei, por necessidade, de apreciar as palavras duras, porém no fundo exactas, que escreveu a nosso respeito" (ROMERO, 1902[1888], p. 22).

Buckle (1858) asseverou, em sua obra, que fenômenos históricos eram condicionados e reagiam sob a ação das leis físicas, de forma que, para compreendê-las, deveríamos nos basear nos

[9] Demonstrando as contradições de Buckle, ressaltou Romero (1902[1888], p. 16): "Quanto ao Brasil, o historiador inglês é, em parte, mais fantástico do que profundo; é que só pelo clima, bom ou mau, não se explicam as civilizações hodiernas. São a prova as repúblicas do Prata [Uruguai e Argentina], que possuem excelente clima, doce e ameno, e que nos não excedem em cultura, por mais que alcem a cabeça e façam retumbar as frases quixotescas."

processos orgânicos que as subjaziam. Ao tomar como base os métodos das ciências naturais, este autor expressava, em suas leituras, que as ações humanas eram determinadas por seus próprios antecedentes e possuíam um caráter de uniformidade. Isto tanto produzia os mesmos resultados sob as mesmas circunstâncias, quanto podia ser perturbado ou dirigido por ações externas, entre as quais a ação do meio.

Romero, mesmo criticando os princípios de Buckle – "que dividem as leis que dirigem a historia em physicas e mentaes", considerava válidas suas apreciações acerca do poder da influência das "leis physicas" sobre os homens, leis "a que a raça humana mais poderosamente cede" (ROMERO, 1902[1888], p. 38). Essas influências podiam ser notabilizadas a partir de quatro fatores: clima, alimentação, solo e aspectos gerais da natureza. Estes fatores, indiretamente, determinavam a acumulação e a distribuição de riquezas e influenciavam, diretamente, na concentração de intelecto e imaginação (BUCKLE, 1858). Deve-se notar que a natureza não era somente um palco de determinações junto aos grupos humanos, mas também um arcabouço de estímulos. O historiador inglês enfatizava, por exemplo, que em lugares em que a natureza era "sublime" e "terrível", os impulsos de inventividade e inteligência eram maiores que em lugares em que ela era "benigna" e "caridosa".

Buckle, desse modo, dividiu a civilização em dois grandes ramos: o europeu e o não europeu. No primeiro, predominava o esforço do homem sobre a natureza, enquanto, no outro, prevalecia a apatia. Na medida em que, para Buckle, o meio era um dos motores civilizacionais, este autor deixava crer que o meio europeu, marcado principalmente por um clima temperado, com intercalação entre períodos quentes e frios, era o ideal para a formação de uma civilização moderna. Regiões onde era extremo o frio ou o calor "são marcadas por uma certa instabilidade e inconstância do caráter" (BUCKLE, 1858, p. 40).

Foi neste ponto também que Buckle, demonstrando um posicionamento monogenista sobre a origem da humanidade, destacou que leis físicas, nesses ambientes, efetivaram as distinções no interior da raça humana. De alguma maneira, tipos raciais foram vinculados a meios geradores. Por outro lado, no que tocava às civilizações primitivas, o autor inglês enfatizou que estas se desenvolveram em regiões marcadas pelo calor e umidade intensos, e foram conformadas devido à fertilidade do solo e à existência de um vasto sistema fluvial. Como exemplo, foram mencionadas as "civilizações" da Índia para a Ásia, do Egito para a África e as do México e do Peru para a América (BUCKLE, 1858, p. 101).

Partindo dessas concepções, os ajustes e críticas de Romero a Buckle se centraram, assim, em torno de dois aspectos: 1) desconstruir a ideia de que somente na região onde a Europa se encontra poderia surgir uma civilização moderna; 2) que as raças (em especial a raça branca) poderiam se acomodar em outros meios e climas. Primeiramente, buscando contradizer a ideia de uma civilização europeia demarcada por um meio determinado, Romero destacou que "nas bordas da Ásia, nessa Grécia, metade européa e metade asiática, que appareceu a civilisação da Europa destinada a tornar-se a civilisação universal". Outro exemplo por ele usado, que contradizia as afirmações de Buckle alusivas à adaptabilidade da raça branca em outros meios, foi o da expansão da civilização europeia pelo globo: "A civilisação saida da Europa implanta-se na America, na Australia, começa a transformar a India, maravilha o Japão, todos os paizes onde, segundo o pretendido axioma, a natureza é mais poderosa que o homem" (ROMERO, 1902[1888], p. 31-32).

Ainda acerca da afirmação de que as civilizações antigas floresceram em regiões marcadas pelo "calor, humidade, os solos eram ferteis e possuiam um vasto sistema fluvial", afirmou Romero que "o principio invocado pelo autor inglez não é tão exacto e profundo como lhe pareceu, porquanto civilisações antigas

existiram em regiões onde se não encontram taes requisitos. Basta ponderar o caso das civilisações Syria, Phenicia, Grecia e Etruria, paizes tão differentes da India, Egypto, Mexico e Perú" (ROMERO, 1902[1888], p. 36). Foram também apontadas regiões dotadas de tais requisitos que não foram sedes de civilizações antigas, das quais a Austrália e as regiões do Niger e do Congo eram as provas mais contundentes, segundo ele.

Também, apesar de questionar o monogenismo de Buckle, uma vez que, com um posicionamento poligenista, cria que "a diversidade destas [raças] é já de si originaria e primordial, isto é, surgiu com ellas mesmas desde o seu primeiro apparecimento" (ROMERO, 1902[1888], p. 30), Romero contestou que houvesse uma fixidez na relação entre raça e meio. Assim, de acordo com ele, havia "falsidades no axioma" que ligava raças e a própria civilização a meios específicos, e ponderou: "O facto da emigração de povos originarios de paizes diversos para climas totalmente estranhos garante-me nesta affirmação. Não deve ser esquecido que os aryanos, por exemplo, que se acham hoje espalhados por todas as latitudes do globo encontraram climas mais favoráveis a seu desenvolvimento numas paragens do que noutras" (ROMERO, 1902[1888], p. 32).

No entanto, no que se refere à formação das "civilizações primitivas", menciona-se uma exceção a partir da qual Romero construiu a sua principal controvérsia com o historiador inglês, qual seja: o Brasil. Pois, apesar de ser possuidor em larga escala dos fatores essenciais (solos férteis e sistemas fluviais amplos), este país não foi sede de uma civilização antiga. Buckle recorreu, para explicar esta lacuna, à influência do "vento geral" ou "ventos alísios" (*trade-wind*), que causavam a superabundância da natureza, algo insuperável pelas sociedades (antigas e recentes) existentes nessa região.[10]

[10] " [...] in South America there exists that cooperation of heat and humidity in which North America is deficient. The result is, that the soil in the eastern part of South America is remarkable for its exuberance, not only within the tropic, but considerably beyond it; the south of Brazil […] possessing a fertility not to be found in any country of

A partir desse ponto de vista, Buckle explanou longamente acerca de sua tese:

> O vento geral, admiravel phenomeno pelo qual todas as civilisações anteriores ás da Europa foram grande e perniciosamente influenciadas. Este vento abrange não menos de 56° de latitude: 28° ao norte do equador e 28° ao sul. Nesta larga estensão, que comprehende alguns dos mais ferteis paizes do mundo, o vento geral sopra durante todo o anno, ora do nordeste, ora do sudeste. As causas desta regularidade são agora bem conhecidas e sabe-se que dependem em parte do deslocamento do ar no equador, e em parte do movimento da terra [...]
>
> O que porem agora nos interessa não é uma explicação dos ventos geraes, e sim uma explanação do modo como este grande phenomeno prende-se á historia da America do Sul. O vento geral, soprando na costa oriental da America do Sul e procedendo de leste, atravessa o oceano Atlântico e deixa pois a terra cheia de vapores accumulados em sua passagem. Estes vapores, tocando á praia em intervallos periódicos, são condensados em chuva e como seu progresso para oeste é obstado pela cadeia gigantesca dos Andes, que não podem passar, empregam toda sua humidade no Brasil, que por isso é muitas vezes alagado pelas mais destruidoras torrentes. Esta abundante copia de humidade, sendo ajudada pelo vasto systema fluvial peculiar á parte oriental d'America, e acompanhada pelo calor, tem estimulado o solo a uma actividade sem igual em qualquer outra parte do mundo. O Brasil, que é quasi tão grande como toda a Europa, é coberto de uma vegetação de incrível profusão. Tão viçoso e luxuriante é o seu crescimento que a natureza parece extravasar-se num brinco de vaidosa força. [...]
>
> Entre esta pompa e esplendor da natureza porem nenhum logar foi deixado para o homem!... É reduzido á insignificância pela magestade que o cerca. As forças que se lhe oppoem são tão formidáveis que elle nunca foi apto a lhes

North America situated under a corresponding latitude. On a hasty view of the preceding generalizations, it might be expected that the eastern side of South America, being thus richly endowed by nature, would have been the seat of one of those civilizations, which, in other parts of the world, similar causes produced. But if we look a little further, we shall find that what has just been pointed out, by no means exhausts even the physical bearings of this subject, and that we must take into consideration a third great agent, which has sufficed to neutralize the natural results of the other two, and to retain in barbarism the inhabitants of what otherwise would have been the most flourishing of all the countries of the New World. The agent to which I allude is the trade-wind" (BUCKLE, 1858, p. 91-92).

fazer frente, nunca foi capaz de resistir á sua accumulada pressão. O Brasil todo, a despeito de suas innumeras vantagens apparentes, tem permanecido inteiramente inculto, vagando seus habitantes selvagens e impróprios para resistir aos obstáculos que a generosidade da natureza poz em seu caminho. Os aborígenes, como todo o povo na infância da sociedade, foram adversos a emprezas, e, sendo desconhecedores das artes com que se removem os obstáculos physícos, nunca intentaram oppor-se ás difficuldades que obstaram ao seu progresso social.

Estas difficuldades entretanto são tão serias que durante cerca de quatro séculos os recursos da sciencia européa tem sido em vão empregados no intuito de afugental-as. Ao longo da costa do Brasil ha sido introduzida da Europa uma certa copia de cultura que os naturaes por seus próprios esforços nunca teriam alcançado. [...] Neste paiz as causas physicas são tão activas e produzem seu império em uma escala de tal magnitude, que tem sido até hoje impossível escapar aos effeitos de sua acção combinada. Os progressos da agricultura são paralysados por florestas intransitáveis, e as colheitas são estragadas por innumeraveis insectos. As montanhas são por demais altas para serem escaladas; os rios por demais largos para ser vadeados ou cobertos com pontes cada cousa foi ahi produzida para reprimir o pensamento humano e conter a sua crescente ambição. Dest'arte as energias da natureza têm encadeado o espirito do homem. [...] Até ao presente, com todos os proventos, constantemente introduzidos da Europa, não existem signaes de progresso real não obstante a frequencia de estabelecimentos coloniaes, menos de um quinto da terra é cultivado.

Os hábitos do povo são tão bárbaros como dantes, e, quanto a seu numero, é muito digno de notar-se que o Brasil, a região onde mais que nas outras os recursos physicos são mais poderosos, ondo os animaes e vegetaes são mais abundantes, onde o solo é regado pelos mais nobres rios e a costa ornada pelos melhores portos, este immenso território, que é maior que doze vezes o tamanho da França, contem uma população que não excede a seis milhões de almas. Estas considerações sufficientemente explicam porque é que em todo o Brasil não existem monumentos da mais imperfeita civilisação, nenhum signal de que o povo tenha, em período algum, saido por si mesmo do estado em que se achava quando o seu paiz foi descoberto.

No Brasil o calor do clima foi acompanhado por uma irrigação dupla, proveniente, de lado, do immenso systema fluvial próprio da costa oriental, e, de outro, da abundante humidade depositada pelos ventos geraes. Desta combinação

> resulta que a fertilidade sem igual, tão grande quanto podia interessar ao homem, derrocou os cálculos deste, paralysando seu progresso por uma exuberância, que, se fosse menos excessiva, o teria ajudado (BUCKLE *apud* ROMERO, 1902[1888], p. 33-36).[11]

Controvérsias à parte, Romero acreditava que os brasileiros deveriam conhecer os vereditos de Buckle sobre o Brasil, então, traduziu e reproduziu a referida citação em diversos escritos, o que ajudou ainda mais a perpetuar o requisitório do inglês entre os pensadores brasileiros (SKIDMORE, 1976, p. 49). De qualquer forma, baseado em viajantes e cientistas europeus – entre os quais foram citados Gardner (1970 [1849]), Walsh (1831), Spix, Martius e Lloyd (1824) –, Buckle construiu uma narrativa "fantástica" acerca do Brasil, no dizer de Romero, cujo mote foram a potência e a superabundundância da natureza, que imperariam sobre qualquer circunstância, existência e ação humana.

A assertiva de Buckle é considerada verdadeira por Romero (1902[1888], p. 32), contudo, como denotou este autor, "é certo que os primitivos habitantes do paiz não ultrapassaram os últimos degraus da selvageria, é exacto ainda que nossa actual civilisação é toda impregnada de barbarismo [...] [isso] é verdadeiro em seu sentido geral; mas envolve mais de uma inexactidão". De alguma forma, Romero não questionou as afirmações do historiador inglês acerca dos "males do meio", apenas apontou e acomodou suas presumidas incoerências.

Romero contestou – de fato, consertou – as leituras sobre os efeitos do *trade-wind* (ventos alísios), que, para Buckle, periodicamente assolavam o país com impetuosas torrentes, ao afirmar que, se houvesse alguma ação deste fenômeno natural em território brasileiro, seus resultados se efetivariam por "secas aterradoras". O problema, para este autor, não eram as chuvas

[11] Cf. Buckle (1858, p. 92-98).

excessivas, mas as secas periódicas, que formavam uma população "indiferente e apática", principalmente no norte do país.

> Não quero, nem posso com isto contestar a acção maléfica dos ventos geraes; mas torno patente que a sua energia não é tão poderosa como suppoz o sábio inglez, e a prova mais cabal é que o phenomeno inverso do produzido por taes ventos repete-se constantemente. Temos um mau clima não por excesso de chuvas, sim por excesso de sua falta. Pelo menos em grande parte do paiz é o que se nota. [...] Se pois nosso clima é mais poderoso do que o homem, como é costume velho dizer-se, é mais pela terrivel arma das sèccas com que joga do que pelas enchentes com que nos castiga (ROMERO, 1902[1888], p. 37).

Do mesmo modo, foram pontuados os equívocos do inglês quanto à descrição da natureza. Enfatizou Romero que, ao contrário do que Buckle expôs em seu livro, as grandes florestas não cobriam todo o território, apenas localidades específicas;[12] que eram poucos, em nosso território, os rios largos;[13] que não existiam altas montanhas;[14] que nossa fauna não era composta de animais monstruosamente grandes;[15] que nossas terras não eram tão férteis quanto o imaginado.[16] Assim, afirmou conclusivamente que

[12] "É um erro dizer-se que temos as mais soberbas e impenetraveis matas do mundo. Viajantes muito autorizados são accordes em attestar que o interior do paiz é todo calvo, só existindo florestas na pequena cinta dita das matas ou nas margens dos grandes rios. A maior porção do paiz não offerece tal obstáculo, se é que assim se pode considerar uma floresta" (ROMERO, 1902 [1888], p. 38).

[13] "Os rios mais largos... É ainda uma abusão romântica. A maior parte dos que figuram em nossas cartas geographicas ou não existem realmente ou não merecem tal designação. Não passam de leitos seccos quasi todo o anno, e apenas cheios na época das chuvas. Quasi todos os rios do norte do Brasil se acham neste caso. Restam o systema do Amazonas, o do S. Francisco e o do Prata. Estes três são verdadeiramente notáveis, e é por amor delles que se formou a extravagante idéa de que todos os rios do Brasil são gigantescos" (ROMERO, 1902 [1888], p. 38).

[14] "O paiz é pouco montanhoso e nossos picos mais altos são de quarta ou quinta ordem em face de seus congéneres do velho e novo mundo. Temos poucas serras e que se não distinguem muito por sua altura" (ROMERO, 1902 [1888], p. 39)

[15] "Nossa fauna nem é a mais rica, nem a mais terrivel do mundo. Nós não temos o elephante, o camello, o hyppopotamo, o leão, o tigre, o rhinoceronte, a zebra, a girafa, o búfalo, o gorilla, o chimpanzé, o condor e a águia. Nossos typos animaes mais temiveis, a onça e a anta, não supportam o parallelo com seus rivaes do antigo continente" (ROMERO,1902 [1888], p. 39-40).

[16] "Referindo-se aos nossos proventos, o historiador apresentou a fertilidade da terra, sem rival em qualquer outra parte, porem que, sendo em demasia exagerada, transforma-se em prejuizo. Ainda aqui vae equivoco. Primeiramente, ser a fertilidade, ainda que excessiva, prejuizo é cousa que se não admitte facilmente. Depois, tal uberdade, tão

"o autor, que nunca visitou o Brasil, foi victima do maravilhoso no inventario dos obstáculos que a natureza nos oppõe [...] o phylosopho britânico illudiu-se com as narrações phantasticas dos viajantes, sedentos de maravilhas e despropósitos" (ROMERO, 1902[1888], p. 38-39).

Além do mais, na medida em que Buckle distinguiu o efeito de determinações naturais em sociedades antigas e modernas, afirmou Romero que

> [...] os motivos por elle apontados não deveriam, ante elle próprio, justificar o nosso abatimento actual, porquanto para esse autor as leis que regem a civilisação de hoje não são as mesmas que presidiram ao desenvolvimento das civilisações antigas. Até certo ponto é isto exacto, tanto que as vantagens do México e do Peru, que, segundo o escriptor, foram a causa de sua grandeza passada, continuam alli a vigorar, o que não impede que um e outro estejam actualmente a par, sinão muito abaixo, do Brasil no tocante á civilisação. Alli houve decadência, apezar das vantagens, e aqui progresso, máu grado os obstáculos. Como explicar tal anomalia? É que, quanto ao Brasil, o historiador inglez é, em parte, mais phantastico do que profundo; é que só pelo clima, bom ou máu, não se explicam as civilisações hodiernas. São a prova as republicas do Prata, que possuem excellente clima, doce e ameno, e que nos não excedem em cultura, por mais que alcem a cabeça e façam retumbar as phrases quichotescas (ROMERO, 1902[1888], p. 41).

Em suma, Romero considerava verdadeira a interpretação de Buckle que afirmava o retardamento brasileiro, discordando apenas das causas que determinavam este atraso, pois "Buckle é verdadeiro na pintura que faz de nosso atraso, não na determinação dos seus factores" (Romero, 1902[1888], p. 41).

---

extraordinária, não existe. Possuímos muitas terras ruins e incapazes de cultura; contamos já muitas terras que os lavradores denominam cançadas, isto é, já quasi impróprias de cultivo. Onde pois a fertilidade assombrosa e sem rival em todo o mundo? Aquelles que conhecem a nossa lavoura, que definha não porque as terras sejam férteis de mais, sabem perfeitamente que os grandes agricultores de café e canna vivem a botar matas a baixo afim de terras virgens para novas plantações, por ficarem depressa as outras cançadas. Eu não contesto a fertilidade do sólo brasileiro; fôra um paradoxo. Contesto porém que a fertilidade seja um predicado do Brasil, como alguns querem ou seja maior aqui do que por todo alhures" (ROMERO, 1902 [1888], p. 40).

Assim, segundo sua perspectiva, Romero apresentou os determinantes desse suposto atraso:

> Estes, a meu vêr, são primários ou naturaes, secundários ou ethnicos e terciários ou moraes. Os principaes daqueles vêm a ser – o excessivo calor, ajudado pelas seccas na maior parte do paiz; as chuvas torrenciaes no valle do Amazonas, além do intensíssimo calor; a falta de grandes vias fluviaes nas províncias entre o S. Francisco e o Parnahyba; as febres de máu caracter reinantes na costa. O mais notável dos secundários é a incapacidade relativa das tres raças que constituiram a população do paiz. Os ultimos os factores históricos – chamados politica, legislação, usos, costumes, que são effeitos que depois actuam também como causas (ROMERO, 1902[1888], p. 41).

Romero permaneceu trabalhando com os princípios teóricos de Buckle, contudo corrigiu a qualidade dos fatores que os envolviam ao evidenciar sua diversidade, complexidade e amplitude.

Raça adaptada: a criação de brancos nacionais

Retocando o *a priori* buckleano e partindo de ideias evolucionistas que articulavam os determinismos racial e geográfico, Romero realizou uma série de proposições – na verdade, um tipo de prescrição – sobre o desenvolvimento do Brasil. Reconhecendo os efeitos perniciosos e quase que intransponíveis do meio, Romero projetou na raça (aspecto com caráter de efeitos históricos mais maleáveis e imediatos, segundo ele) os mecanismos para se vencer esse problema. De fato, ele se utilizou do "mal da mestiçagem" como fórmula mesma para contornar esse dilema.

Quando Romero expôs seus posicionamentos, em *História da literatura*, ainda não haviam se propagado, no Brasil, as teorias que se contrapunham às afirmações que previam a degeneração por meio da miscigenação entre as raças diferentes. Por outro lado, este era um processo incontestável na sociedade brasileira, e, nas palavras do próprio autor, "um fato", para além do bem ou do mal.

Acontece que, ainda hesitante,[17] ele partiu de uma série de estatísticas – falhas, diga-se de passagem – sobre a população brasileira e de brechas e composições das próprias teorias racialistas europeias para prever um futuro benévolo na miscigenação brasileira.

Foi nesse ponto que as referências calcadas na noção de hibridização do antropólogo Paul Brocas, na seleção natural de Darwin e na adaptabilidade neolamarkiana entraram em ação nas leituras de Romero. Compreendendo o branco como social e biologicamente superior, na medida em que ocorressem misturas sucessivas entre brancos, indígenas e negros, o primeiro predominaria. Além do que, e nisto estaria a "inovação" deste pensador, o branco herdaria biologicamente de indígenas e negros caracteres que lhe permitiriam uma capacidade maior de adaptação ao meio e ao clima tropical. Em suas palavras,

> Dos três povos que constituíram a atual população brasileira, o que um rastro mais profundo deixou foi por certo o português; segue-se-lhe o negro e depois o indígena. À medida, porém, que a ação direta das duas últimas tende a diminuir, com a internação do selvagem e a extinção do tráfico dos pretos, a influência européia tende a crescer com a imigração e pela natural propensão para prevalecer o mais forte e o mais hábil. *O mestiço é a condição dessa vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores de nosso clima* (ROMERO, 1902[1888], p. 91. Grifos nossos).[18]

Assim, na teoria da mestiçagem de Romero – na verdade, "uma teoria do branqueamento biológico e cultural" (COSTA, 2006,

[17] "Um estudo, porém, mais despreoccupado d'esta questão [da mestiçagem] provou não existir na humanidade o phenomeno caracteristico do hybridismo. Ou se considere a humanidade um genero dividido em diversas espécies, ou uma espécie dividida em differentes variedades, é sempre certo que estas cohabitam entre si e produzem uma descendência fecunda, ainda que não tão válida como a das raças mães" (ROMERO, 1902[1888], p. 75).

[18] Em obra posterior, Romero foi ainda mais enfático: "O mestiço é a condição desta vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do clima. É uma forma de transição necessária e útil que caminha para aproximar-se do tipo superior. Pela seleção natural, todavia, depois de apoderado do auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância, até mostrar-se puro e belo como no velho mundo" (ROMERO, 1977, p. 62).

p. 181) –, indígenas e negros, menos dotados no processo de seleção natural, se diluiriam na figura do mestiço. Contudo, em sua perspectiva, o mestiço representava, simultaneamente, a síntese dos três grupos originais e o agente transformador que articulava a conversão do resultado do amálgama em um produto cada vez mais próximo à matriz eurobranca. Conclusivamente, este mestiço seria um branco adaptado ao clima tropical, por influência dos sangues indígena e negro, e que "pela lei da adaptação, ellas [as três raças] tendem a modificar-se nelle [no mestiço], que, por sua vez, pela lei da concurrencia vital, tendeu e tende ainda a integrar-se á parte, formando um typo novo em que ha de predominar a acção do branco" (ROMERO, 1902[1888], p. 89).

Seguindo ainda o raciocínio deste autor, crendo no papel da ciência e da política no aprimoramento da "raça ariana" nos trópicos, ele ressaltou que

> Se o clima não criou as raças que constituem nossa população, composta de gentes [brancos] para aqui imigradas, ele as pode modificar e modifica efetivamente. Hoje que este fato empírico está descoberto e estudado, cumpre-nos não caminhar às cegas como hordas selvagens. A política e a ciência brasileiras têm aí diante um problema a solver e a dirigir [...] conjuremos sempre por novas levas de imigrantes europeus a extenuação de nosso povo; conjuremo-la por meio de todos os grandes recursos da ciência (ROMERO, 1902[1888], p. 51).

Dessa forma, o processo de miscigenação não deveria ser algo aleatório e espontâneo; deveria haver intervenções e seguir certas regras para se alcançar o desejado desenvolvimento (o branqueamento) do país. Primeiro, era necessário o incentivo à migração de europeus brancos – se possível, do tipo "dolicocephalo" – para o território brasileiro; dever-se-ia estabelecer o controle dos casamentos e evitar "cruzamentos dos dois povos inferiores entre si, produzindo-se assim a diminuição destes, e se deem, ao contrário, em escala cada vez maior [o cruzamento] com indivíduos de raça branca" (ROMERO, 1902[1888], p. 114); e, de forma mais propositiva, para evitar um desequilíbrio econômico e político e

para que ocorresse um desenvolvimento (branqueamento) de toda a nação, não se deveria concentrar nas províncias do Sul "tão grande excedente de população germânica, válida e poderosa", mas sim "distribuir a colonização regularmente e cuidadosamente por todas as zonas do paiz, facilitando ás nossas populações a assimilação desses novos elementos [brancos]" (ROMERO, 1902[1888], p. 76).[19]

Romero denominou de "colonização integral" o processo de distribuição equânime de imigrantes brancos no território brasileiro. E, deve-se ressaltar, este projeto não somente visava ao desenvolvimento pelo branqueamento de todo o território, mas manifestava também o receio com relação ao imperialismo, principalmente da Alemanha, tendo em vista a concentração de imigrantes desta nacionalidade em uma única região do país.

De maneira conclusiva, talvez aqui entendamos porque, para Romero, "o mestiço é o branco brasileiro". Com este recurso analítico, ele contornava tanto os problemas de um clima tropical implacável (ao criar sujeitos adaptados) como o estigma das raças inferiores, já que os sangues negro e indígena se diluiriam no sangue da "raça branca superior".

A teoria da mestiçagem de Romero tornou o mestiço um signo nacional que repercutiu no imaginário social, ainda que pensado como fato passageiro. Contudo, paradoxalmente, esse signo carregava em si o plano oculto de supressão de tudo que não fosse europeu e branco, algo que também repercutiu silenciosamente.

Considerações finais

[19] Romero, em *Imigração e a raça portuguesa no Brasil*, reviu seus posicionamentos acerca da migração de germânicos para o Brasil após boatos de uma tentativa de separatismo dessas comunidades no sul do país. Segundo ele, portugueses estavam mais adaptados ao Brasil e já tinham uma relação profícua de quatro séculos com seus meios social e físico: "De todas as colonizações que possam vir ao Brasil a mais conveniente é a portuguesa" (ROMERO, 1891, p. 13).

Sílvio Romero, em suas leituras, mesmo não se identificando explicitamente com o campo disciplinar da geografia, elaborou um discurso geográfico com traços muito próprios. Esta "geograficidade" presente nas elaborações deste autor pode ser explicada tanto pelos dilemas que envolviam os debates da identidade nacional brasileira quanto pelos autores que ele utilizava. Além do abordado Henry Buckle, estavam presentes, em suas discussões, Charles Darwin e Hippolyte Taine, entre outros autores fulcrais para a geografia moderna.

Frente a isso, não se pode deixar de mencionar a dimensão colonial que atravessou a produção de Romero, pois esta permite compreender os dilemas e problemas em que incorreu ao fazer projeções sobre o Brasil. Talvez o mais explícito seja o seu dilaceramento na dicotomia de, concomitantemente, ter que seguir os imperativos que condenavam o Brasil a um triste destino e contribuir para que as profecias altamente negativas não se cumprissem. Isto criou, neste pensador, uma profunda incoerência teórica que, por um lado, era bastante progressista e inovadora, mas, por outro, era reacionária, determinista e racista.

Deve ressaltar-se também a influência de Romero nas gerações sucessivas de geógrafos. Encontramos referências diretas deste autor em Delgado de Carvalho e Everardo Backhouser, bem como em geógrafos do período institucional universitário da geografia, como Aroldo de Azevedo, Milton Santos e Therezinha de Castro, entre outros. Cabem ainda mais pesquisas para se compreender como se deu a influência de Romero nestes e em outros autores, contudo, percebemos que, de alguma forma, o discurso geográfico romeriano teve ressonância na formação da geografia brasileira.

Por fim, deve-se atentar para os efeitos políticos dessa visões de Romero, pois elas serviram de justificativa para a elaboração de políticas e incentivo para a imigração europeia no Brasil. Na perspectiva do referido autor, o que foi acatado pelas elites, o Brasil deveria constituir um "estoque" de "raça superior"

para se alçar ao desenvolvimento civilizacional. Essa população branca, que se mesclaria com índios e negros, formaria o povo brasileiro.

Há, nesse sentido, um dispositivo biopolítico e genocida nas elaborações romerianas: para que a nação civilizada pudesse existir, negros e indígenas deveriam desaparecer. Não está, portanto, fora de contexto trazer à baila o famoso quadro pintado, em 1895, pelo espanhol radicado no Brasil Modesto Brocos, "A redenção de Cam". Em consonância com as afirmações e expectativas de Romero, o artista expressou a "ascensão" de uma "típica" família brasileira por meio do processo de branqueamento. Contudo, visto pelo ângulo dos subalternizados, tal processo se torna uma verdadeira maldição. Observando detalhadamente a imagem, não é por acaso que, diante de um sorriso irônico do europeu (ou descendente) sentado à porta da casa, figuram o semblante triste de uma senhora negra rogando a Deus e a face indiferente de sua filha "mestiça". É como se elas soubessem que o desenvolvimento/branqueamento da sociedade brasileira, que se projetava naquela criança, ocorreria precisamente com suas próprias extinções.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Aroldo de. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1975[1969].

BACKHEUSER, Everardo. *A estrutura política do Brasil. Notas prévias*. Rio de Janeiro: Mendonça Machado & Cia, 1926.

BAHIA, Joana; MENASCHE, Renata; ZANINI, Maria Catarina Chitolina (org.). *Pensamento social no Brasil, por Giralda Seyferth: notas de aula*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015.

BANTON, Michael. *A ideia de raça*. São Paulo: Edições 70, 1977.

BUCKLE, Henry Thomas. *History of Civilization in England.* 2 ed. London: J.W. Parker and Son, 1858.

CAPEL, Horacio. *Filosofia y ciencia en la geografia*

contemporanea. Madrid: Barcanova, 1981.

CARVALHO, Delgado de. *Geografia do Brasil: de acordo com o Programa do Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfico Editora, 1923.

CARVALHO, José M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. "Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária". In: ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Aracaju: Editora da UFS, p. 02-26, 2001.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. "A "geografia social" de Sílvio Romero". In: *Terra Brasilis*, n. 2, 2000. Disponível em <http:/terrabrasilis.revues.org/301 Acesso: 05/05/2012.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CRESSWELL, Tim. *Geographic Thought: a critical introduction.* Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.

GARDNER, George. *Travels in the interior of Brazil, principally through the Northern Provinces, and the Gold and Diamond Districts, during the years 1836-1841*. New York: AMS, 1970 [1849].

GOBINEAU, Arthur de. *The Inequality of Human Races*. London: Heinemann, 1915.

GUIMARÃES, Antônio S. A. "Preconceito de cor e racismo no Brasil". In: *Revista de Antropologia*, 47, 1, p. 9-43, 2004.

HEFFERNAN, Mike. "Histories of geography". In: CLIFFORD, N.; HOLLOWAY, S.; RICE, S.; VALENTINE, G. *Key concepts in geography*. Los Angeles: SAGE, p. 04-20, 2009.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

JACKSON, Peter (org.). *Race and racism: essays in social geography*. Londres: Unwin Hyman, 1987.

LIVINGSTONE, David N. "The moral discourse of climate: historical considerations on race, place and virtue". In: *Journal of*

Historical Geography, 17, 4, p. 413-434, 1991.

MACHADO, Lia Osorio. "Ideias fora do lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX". In: *Terra Brasilis*, 2, 2000. Disponível em http://terrabrasilis.revues.org/298 Acesso: 14/11/13.

_____. "Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930)". In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, P. C. Costa; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, p. 309-353, 1995.

MORAES, A. C. R. "Geografia, história e história da geografia". In: *Terra Brasilis* [Online], 2 | 2000. Disponível em http://terrabrasilis.revues.org/319 Acesso: 02/02/2014.

_____. *Ideologias geográficas*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *Território e história no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica.* São Paulo: Contexto, 2009.

MORRISSEY, J. "Imperialism and Empire; Colonialism and anti-colonialism". In: MORRISSEY, J.; NALLY, D.; STROHMAYER, U.; WHELAN, Y. *Historical Geography*. London: SAGE, p. 17-35, 2014.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX.* Rio de Janeiro, Brasil: FGV Editora, 2000.

MURARI, Luciana. *Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d'Os sertões.* São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

_____. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922).* São Paulo: Alameda, 2009.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

PEET, Richard. "The social origins of environmental determinism". In: *Annals of the Association of American Geographers.* 75(3), p. 309-333, 1985.

PEREIRA, Sergio Nunes. "Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro". In: *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 112-

124, julh-dez. 2005.

_____. "Estados, nações e colonialismo: traços da geografia política vidaliana". In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 337-362, 2012.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Vanrhagem a FHC*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011.

RODRIGUES, Luiz Melo. "As etnias brasileiras". In: AZEVEDO, Aroldo. *Brasil: a terra e o homem.* Vol. II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 159-197, 1970.

ROMERO, Sylvio. *Historia da literatura brasileira*. 2ª ed. Primeiro Tomo. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902[1888].

_____. *O Romantismo na literatura brasileira.* Rio de Janeiro: José Olympio, s/d.

_____. *Estudos sobre poesia popular do Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

_____. *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo no Brasil*. 2a ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Cia, 1895.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, Milton. O *povoamento da Bahia: suas causas econômicas.* Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1948.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. "Questão racial e etnicidade". In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler nas Ciências Sociais (1970-1995).* Brasília: ANPOCS CAPES, p. 267-325, 1999.

_____(org.). *História do Brasil nação: a abertura para o mundo, 1889-1930*. São Paulo: Objetiva, 2013.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. "Geografia nos trópicos: história dos náufragos de uma jangada de pedras?". In: *Terra Livre*, n. 17, São Paulo: AGB, p. 119-137, 2001.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Identidade nacional e modernidade*

brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von; LLOYD, Hannibal Evans. *Travels in Brazil, in the Years 1817-1820: Undertaken by Command of His Majesty the King of Bavaria.* London: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green, 1824.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 3ª ed. São Paulo: 1978.

VALCARENGHI, Emerson Carlos. "O internalismo pode integrar uma análise correta do conceito de conhecimento?". In: *Kriterion*. Belo Horizonte, v. 49, n. 117, p. 39-66, 2008.

WALSH, R. *Notices of Brazil in 1828 and 1829.* Boston: Richardson, Lord & Holbrook, 1831.